



CONGRESSO NACIONAL

RELATÓRIO Nº , DE 2024

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES
INTERNACIONAIS E REFUGIADOS**

**(Requerimento nº 4, de 2024, da Comissão Mista Permanente sobre Migrações
Internacionais e Refugiados)**

Diligência ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, em 14 e 15 de junho de 2024

I – Identificação

Diligência externa

Finalidade: Averiguar a situação de pessoas retidas na Sala de Inadmitidos e na área de Acesso Remoto do Aeroporto Internacional de Guarulhos

II – Relato da diligência

A Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR) por meio de seu Presidente, o deputado federal Túlio Gadêlha, e sua Relatora, a senadora Mara Gabrilli, realizou de modo emergencial, nos dias 14 e 15 de junho de 2024, diligência no Aeroporto Internacional de Guarulhos, no estado de São Paulo, o maior aeroporto da América Latina.

Os Parlamentares foram acompanhados pelo Delegado da Polícia Federal, Rodrigo Webber, do Defensor Público da União, Murilo Martins, de Maria Beatriz Nogueira e Willian Torres Laureano da Rosa do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), do Padre Marcelo Maróstica, da Cáritas Arquidiocesana, de Maria Aparecida Valença, do Instituto Mara Gabrilli e do médico infectologista, Dr. Klinger Faíco.

A diligência teve o objetivo de acompanhar de perto a situação das centenas de imigrantes e refugiados que se encontravam retidos no aeroporto devido, entre outros motivos, à demora na solicitação e processamento no Sistema de Solicitação de Refúgio (Sisconare) e buscar, em conjunto com os órgãos de governo, organizações da sociedade civil e a população em geral, soluções para melhorar este cenário.

O Superintendente Regional da Polícia Federal em São Paulo, Rogerio Giampaoli, foi notificado da Diligência por meio do Ofício nº 123/2024 do gabinete do Deputado Federal Túlio Gadelha, Presidente da CMMIR.

Os Parlamentares encontram nacionais de diversos países em situação de extrema vulnerabilidade. O número de imigrantes chegou a pelo menos 400 pessoas, a maioria homens, mas havia mulheres e adolescentes, que estavam retidas todas juntas, em perímetro improvisado de um dos terminais de embarque do aeroporto aguardando refúgio (e em outras condições de inadmitidas) no Brasil.

A primeira visita ocorreu já no dia 14 de junho, uma sexta-feira pela manhã, realizada pela senadora Mara Gabrilli quando desembarcava de Missão Oficial na ONU, em Nova Iorque. Alertada da situação pelo Presidente Túlio Gadêlha, a Relatora da CMMIR solicitou autorização para vistoriar a área restrita onde estavam retidas cerca de 230 pessoas. Mas já havia outras 34 pessoas alojadas em hotel providenciado pelas companhias aéreas.

A maioria dos imigrantes veio da Índia, mas também havia nacionais do Nepal, Tanzânia, Angola e Vietnã. O grande acúmulo de pessoas ocorreu principalmente pela instabilidade na plataforma eletrônica do Sistema Nacional de Processamento de Pedidos de Refúgio (Sisconare), que dispõe do formulário apenas em língua portuguesa para a solicitação de refúgio. Esse fato trouxe dificuldades adicionais de compreensão e comunicação e também contribuiu para dificultar a solicitação.

A Senadora observou que as pessoas estavam isoladas, cercadas por tapumes e restritas de qualquer movimentação às demais áreas do aeroporto. Dormiam no chão, com auxílio apenas de alguns cobertores, alguns improvisaram ambientes utilizando assentos do próprio aeroporto. Sem nenhuma privacidade ou segurança, havia poucas mulheres entre um grupo de centenas de homens. A situação percebida foi de grande crise humanitária que exigiria mais esforços.

No dia seguinte, sábado, 15 de junho, conforme notificado e solicitado apoio por meio do Ofício nº 123/2024, a Senadora retornou ao aeroporto em companhia do Presidente da CMMIR, deputado Túlio Gadêlha, onde foram acompanhados das autoridades, das organizações da sociedade civil organizada, já listados e mencionados anteriormente, e do médico infectologista, Dr. Klinger Faíco.

A primeira observação destacada pelos Parlamentares foi o aumento considerável do número de pessoas de um dia para outro. Funcionários do aeroporto confirmaram que o fluxo de chegada de novos

imigrantes e refugiados era recorrente e crescente e que, num único dia, se registrou a chegada de cerca de 50 pessoas.

Com a chegada da comitiva e dos parlamentares, as pessoas se aglomeraram ao redor de suas presenças para apresentarem suas queixas e solicitações de ajuda. A mais recorrente, inicialmente, foi sobre a dificuldade para realizar a solicitação de refúgio no Sisconare, que além de apresentar instabilidade, oferecia somente formulário em língua portuguesa, uma barreira considerável a ser superada pelos refugiados. As pessoas que conseguiram ultrapassar a dificuldade da língua e fazer o preenchimento, reclamaram de ausência de resposta e de informações sobre o desenvolvimento do processo, o que gerou ainda mais insegurança entre os refugiados, além da morosidade, já que algumas pessoas aguardavam por mais de duas semanas por uma solução ao seu pedido de refúgio.

É importante registrar que a comunicação dos refugiados com os parlamentares e seus assessores se deu por meio de aplicativos de tradução, utilizados em seus celulares pessoais, para superar a dificuldade com a língua portuguesa e poderem oferecer escuta e acolhimento digno às pessoas.

As poucas mulheres - cerca de 18 -, que dividiam o espaço com centenas de homens, fizeram muitos apelos para poderem ter privacidade e segurança por meio de um espaço reservado. Adicionalmente, solicitaram a possibilidade desses espaços poderem reunir as famílias, acomodando filhos e maridos. Nos dias seguintes um grupo de mulheres foi acomodada em hotéis providenciados pelas companhias aéreas, entretanto, cinco delas permaneceram com o grupo grande para não se separarem de seus familiares, maridos, filhos ou irmãos.

A comitiva também observou adolescentes entre a multidão, um deles com apenas 14 anos de idade, que o tempo todo se manteve sozinho e com olhar perdido. Aparentemente viajou desacompanhado de seus pais ou responsáveis.

Outra questão observada foi a presença de pessoas doentes ou feridas. Uma senhora estava visivelmente debilitada e com sintomas gripais. O médico infectologista da comitiva alertou sobre a necessidade urgente de se realizar teste para detecção de Covid e o risco iminente de contaminação em massa, em caso de confirmação da infecção. Um dos homens ali retidos estava machucado, com a mão deformada por uma fratura não tratada.

Outro ponto destacado de extrema vulnerabilidade, foi sobre o único banheiro sanitário local para os homens e outro para as mulheres, compartilhado por centenas de pessoas, que estava muito sujo, expondo ainda mais as pessoas a riscos de contágio por doenças como diarreias, hepatite, verminoses, entre outras.

Havia ainda a presença de muitos fumantes no local, sem oferta de nenhuma área reservada e mais ventilada para isso, obrigando os não fumantes a dividirem o mesmo espaço e suportarem a fumaça e os incômodos causados por essa prática.

Sobre os aspectos de infraestrutura a situação também foi alarmante. O local onde essas pessoas aguardavam por dias não era apropriado para estadias de longa duração. Não há nenhum tipo de acomodação, trata-se apenas de um espaço improvisado do aeroporto com cadeiras. Alguns imigrantes e refugiados improvisaram “camas” utilizando os assentos do aeroporto, outros, a grande maioria, dormia no chão. O local, claramente, não comportava a permanência de cerca de 400 pessoas.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos conta com uma Sala de Inadmitidos, espaço destinado a acomodar temporariamente pessoas que chegaram ao Brasil e encontraram dificuldades para deixar o terminal por ausência de visto ou outros problemas de documentação, como é caso dos solicitantes de refúgio que precisam fazer o preenchimento do formulário no Sisconare e aguardar deliberação. A Sala fica localizada em área restrita, dentro do Terminal de Embarque, após a barreira de imigração. No entanto, essa sala possui capacidade para comportar no máximo 40 pessoas. Segundo funcionários do aeroporto, em situações normais, opera com eficiência.

O volume atípico de solicitantes de refúgio verificado no mês de junho e a instabilidade do Sisconare suscitou a necessidade de destinação de um novo espaço para conter o grande volume de pessoas. Foi criada a Sala Remota, uma área entre os Terminais de Embarque e Desembarque, isolada da circulação dos demais usuários do aeroporto e sob constante vigilância de funcionários das companhias aéreas, para evitar que alguma pessoa deixe o local.

O fato de não ser uma área apropriada para acomodar pessoas, evidenciava muitos problemas. Não há banheiros suficientes para atender o grande contingente, há um único banheiro masculino e um único banheiro feminino, que não estão equipados com chuveiro. Não há espaço adequado e adaptado para o cuidado com crianças pequenas e adolescentes. E pelo

alongar do tempo de permanência e uso excessivo, os banheiros começaram a apresentar problemas estruturais diversos, pias quebradas, privadas inoperantes, piso molhado e sujos.

Não havia área higienizada para a alimentação dessas pessoas, a maioria se sentava no chão e comia alimentos frios. É importante frisar que o fornecimento de alimentos e água foi relatado como precário e insuficiente. Algumas pessoas de origem islâmica reclamaram da não observação de preceitos religiosos que os impedem de comer determinados alimentos e que recebiam a comida sem especificação, igual à de todas as pessoas. O acesso à conexão à internet também foi motivo de queixas porque existe um limite diário para uso da rede Wi-Fi do aeroporto: apenas durante duas horas para cada pessoa.

Um fator importante a destacar é que o Aeroporto Internacional de Guarulhos conta com Posto Avançado de Atendimento Humanizado, justamente com objetivo de atender demandas de nacionais de outros países, estrutura mantida pela Prefeitura do Município de Guarulhos para fazer a primeira intervenção de acolhida de pessoas refugiadas, deportadas ou não admitidas. No entanto, o Posto fica localizado no Terminal de voos domésticos, o que dificulta o acesso para pessoas vindas em voos internacionais.

Registramos também que, além dos solicitantes de refúgio, estavam retidas na Sala Remota, pessoas em outras condições. Uma família oriunda da República Dominicana relatou que estava ali porque em uma viagem com destino à Turquia, foram deportados para o país da última conexão por estarem com passaportes falsos. No entanto, o território brasileiro era apenas de trânsito entre os voos e os membros da família não tinham visto brasileiro. Isso agravou ainda mais a situação e, obviamente, com passaporte falso e sem visto, não foram autorizados a deixar o aeroporto.

O Presidente e a Relatora da CMMIR destacam o importante papel desempenhado pelo delegado da Polícia Federal, Dr. Rodrigo Webber, que facilitou o acesso dos parlamentares à Sala Remota e acompanhou toda a Diligência, se manteve acessível e disposto ao atendimento das demandas durante toda a diligência. Por outro lado, é importante registrar que as organizações da sociedade civil organizada encontraram substanciais dificuldades para acessar a Sala Remota e oferecer ajuda humanitária às pessoas ali retidas.

Em resumo, a diligência no Aeroporto Internacional de Guarulhos evidenciou fluxo atípico de pessoas oriundas de diversas nacionalidades em situação de refúgio, uma movimentação migratória involuntária, ou seja, a pessoa foi forçada a sair do país por fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas, ou por causa de grave e generalizada violação de direitos humanos. Foi constatado que, devido ao acúmulo de refugiados, a organização infraestrutural é incipiente para o atendimento de suas necessidades prementes e existe muita dificuldade para acesso de organizações de ajuda humanitária, que poderiam contribuir com o acolhimento, suporte e informações a esses indivíduos ou grupos familiares. Chega-se, portanto, a conclusão da necessidade de o Brasil se preparar melhor para os fluxos recorrentes e crescentes de solicitações de refúgios.

III – Ações da CMMIR

A CMMIR oficiou os Ministérios da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores e da Saúde, além do Conselho Nacional para os Refugiados (Conare), do Conselho Nacional de Imigração (CONIg), da Prefeitura Municipal de Guarulhos, do GRU Airport – Aeroporto Internacional de São Paulo, da Secretaria Nacional de Justiça do Estado de São Paulo e da Companhia LATAM Airlines, requerendo informações a respeito das medidas adotadas no local.

Está prevista, para o dia 9 de julho de 2024, a realização de Audiência Pública para discutir os desdobramentos desta diligência e os novos encaminhamentos.

Sala da Comissão,

Senadora **Mara Gabrilli**

Relatora

Deputado **Túlio Gadêlha**

Presidente